

Juros da dívida: decisão que necessita do apoio de todos

externa

A suspensão temporária do pagamento dos juros da dívida externa, referentes à parcela contratada junto aos bancos privados, era uma medida aguardada já há algum tempo. Com a redução dos saldos comerciais nos últimos meses, o estancamento do fluxo de empréstimos e a fuga de capitais de investimento do País, previa-se que o governo brasileiro, cedo ou tarde, seria levado a adotar uma solução desse tipo, para evitar que o nível das reservas líquidas descesse abaixo do limite de segurança — situado, grosso modo, em valor equivalente ao pagamento de três meses de importações.

Não foi com surpresa, portanto, que se recebeu a decisão governamental, anunciada na noite de sexta-feira pelo presidente José Sarney. Embora o nível atual das reservas líquidas ofereça ainda uma certa folga para os pagamentos — o presidente informou, em seu pronunciamento, que elas são de US\$ 3,96 bilhões —, o governo preferiu decretar a suspensão

para preservar o poder de negociação com os representantes dos bancos credores, na rodada decisiva que está para ser iniciada.

Dependendo das simpatias políticas de cada analista, interpretações amplamente divergentes deverão ser dadas a esse ato de governo nos próximos dias. Alguns verão nele uma afirmação da soberania nacional, outros o considerarão uma demonstração de fraqueza e outros, ainda, um gesto de irresponsabilidade administrativa. De nossa parte, consideramos que os qualificativos têm pouca importância a esta altura, quando a decisão já foi tomada, e porque nos parece que nenhum governante de bom senso chegaria a tal ponto sem ter uma forte razão para isso. Em outras palavras, a nosso ver, a suspensão do pagamento dos juros é uma medida ditada pelas circunstâncias das contas externas do País, pois seria absurdo supor que as autoridades governamentais busquem, deliberadamente, opor dificuldades ao relacionamento do Brasil

com a comunidade financeira internacional.

Colocada a questão nesses termos, vale observar que a decisão agora anunciada revela uma noção de oportunidade superior à que foi demonstrada pelo governo anterior, o qual, em 1982, negociou com os credores quando as reservas do País já se encontravam exauridas, tendo de aceitar, assim, condições desfavoráveis. E verdade que, depois, à custa de uma recessão brutal no País, aquele governo logrou obter um ajustamento externo, refletido em altos saldos positivos na balança comercial, mas é falsa a acusação de que o sucessor pôs a perder esse ajustamento com medidas demagógicas.

A expansão do mercado interno nos últimos dois anos, isoladamente, não bastaria para levar a uma perda tão grande de divisas. Como lembrou o presidente, em 1984, ano anterior à sua posse, o Brasil teve ingressos de capitais de US\$ 9 bilhões, enquanto nos dois anos seguintes sofreu uma

perda líquida de US\$ 1,4 bilhão. De importador o País passou, portanto, à condição de exportador de capitais, em função do peso de sua dívida externa, tendo transferido US\$ 55 bilhões em juros para o exterior nos últimos cinco anos. Nessas condições, convenhamos, nenhum programa de sustentação do crescimento econômico seria viável.

A suspensão do pagamento de juros, temporária porque condicionada à obtenção de um acordo que atenda razoavelmente aos interesses das partes, na próxima negociação com os bancos, evidencia assim a intenção do governo José Sarney de manter uma política de crescimento, geradora de emprego. Merece, portanto, o apoio da sociedade, em particular dos empresários e dos trabalhadores.

Em quadras difíceis como essa, para nada servem atitudes pessimistas ou negativistas. A sorte está lançada e a Nação deve confiar na capacidade de negociação de nossos representantes.